



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLITICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS: ECONOMIA
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO
LOCAL: ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO
EMPREENDIMENTO ATRAVÉS DO CASO, CULTIVO
DE PEIXE EM TANQUE REDE**

LISETE BARBOSA

Foz do Iguaçu
2016

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO
LOCAL: ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO
EMPREENHIMENTO ATRAVÉS DO CASO, CULTIVO
DE PEIXE EM TANQUE REDE**

LISETE BARBOSA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latinoamericano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial para obtenção do diploma de bacharel em Ciências Econômicas: Integração, Desenvolvimento e Economia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Marcelo Staevie

LISETE BARBOSA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA
SUSTENTABILIDADE DO EMPREENHIMENTO ATRAVÉS DO CASO,
CULTIVO DE PEIXE EM TANQUE REDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latinamericano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial para obtenção do diploma de bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Pedro Marcelo Staevie
UNILA

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
UNILA

Prof. Dr. Valdemar João Wesz Junior
UNILA

Foz do Iguaçu, 19 de Julho 2016.

Dedico este trabalho ao meu esposo, Marcos Labanca.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu esposo Marcos Labanca, por toda força e incentivo ao longo dos últimos semestres e em todo período de elaboração deste trabalho.

Agradeço ao professor orientador, Pedro Marcelo Staevie, não somente pela orientação, mas também por toda a paciência e compreensão ao longo deste tempo, sua ajuda foi fundamental nos momentos que mais necessitei, fazendo-se indispensável para elaboração deste trabalho e na conclusão deste curso.

Agradeço a todos os professores que tive neste curso, a qual serei eternamente devedora dos conhecimentos que me foi transmitido, como em especial a professora Claudia Soares Bisaggio, que me introduziu nas questões da Economia Solidária e ao professor Gentil Corazza, por ter me incentivado em um momento de dificuldade em 2013.

A minha família, minha mãe Catarina Barbosa com suas orações e palavras de incentivo e meu pai Deoclides Dornel Barbosa(*in memoriam*). Aos meus irmãos e cunhados, meus sobrinhos e sobrinhas em especial Dhiéssika Paola Barbosa, e minha irmã Lessi Barbosa pelo carinho, apoio e força.

Aos meus companheiros de curso, Denis Ricardo, Denis Antônio, Mayara Gomes, em especial Keren Lima pela sua ajuda na elaboração deste trabalho.

A UNILA por todos estes anos em todas as áreas. Ao professor Samuel Campos por toda sua compreensão, paciência e conhecimento.

*As políticas públicas voltadas ao segmento da economia solidária tornam-se, desta forma, instrumentos de reflexão, suscitando um debate instigante e profícuo, no intuito de revelar a importância e pertinência destas políticas no âmbito do capitalismo contemporâneo atual e sua real condição de superação ao sistema econômico capitalista. **Pedro M. Staevie***

BARBOSA, L. Economia Solidária e Desenvolvimento Local. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016

Resumo

Este trabalho faz uma revisão bibliográfica de duas questões que estão sendo muito debatidas: a Economia Solidária e seu surgimento no Brasil e o Desenvolvimento Local. Com o objetivo de analisar o alcance da Economia Solidária e efetivação para o desenvolvimento local. Com análises de um caso de experiência de Economia Solidária na cidade de Foz do Iguaçu, PR, usando como referência as cinco dimensões de indicadores qualitativos ; econômico, social e ambiental .

Palavra chaves: Economia Solidária. Desenvolvimento Local. Aplicabilidade teóricas

BARBOSA, L.Economía Solidaria y Desarrollo Local.2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu,2016

Resumen

Este estudio es una revisión de la literatura de los temas que se están discutiendo muy: La economía solidaria y su aparición en Brasil y Desarrollo Local. Con el fin de analizar el alcance de la Economía Solidaria y efectuar para el desarrollo local. Con el análisis de un caso de economía solidaria de la experiencia en la ciudad de Foz de Iguazú, PR, con referencia a los cinco dimensiones de indicadores de calidad: económico, social y ambiental .

Palabras clave: Economía Solidaria. Desarrollo Local. Aplicabilidad teórico

LISTA DE FOTOGRAFIAS (OPCIONAL)

Foto 1 – Coleta de dados, Lago de Itaipu.....	32
Foto 2- Ponto de Pesca número 2	33
Foto 3- Plataforma de manejo.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (OPCIONAL)

ANTEAG – Associação Nacional de Empresas Autogestionadas

ADS – Agencia de Desenvolvimento Solidário

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

MST – Movimento dos Sem-terra

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentamentos

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPITULO - ECONOMIA SOLIDÁRIA	15
1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ANÁLISE HISTÓRICA E A PROBLEMÁTICA DE DEFINIÇÃO CONCEITUAL	15
1.2 Movimentos de surgimento da Economia Solidária: Análise Histórica de 1930 a 1980, período que marca a entrada e permanência das técnicas de Economia Solidária	20
1.3 Economia solidária: compreendendo o conceito e seu poder transformador na sociedade	22
2 CAPITULO - DESENVOLVIMENTO LOCAL	25
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL: BREVE SÍNTESE DO DEBATE	25
2.2 Critérios adotados para análise da sustentabilidade dentro das seguintes dimensões: Econômico, social e ambiental	26
3 CAPITULO - APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS AVALIATIVOS	31
3.1 TEORIA E PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FOZ DO IGUAÇU: APRESENTAÇÃO DE UM CASO	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	41
ANEXO A	42

INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná chega à segunda década do século XXI, com uma economia bastante forte. Desde a safra de 2011/2012 ultrapassou a região Sul, a região do Paraná que se destaca é o Centro-Oeste na produção de milho¹. Acrescentando a isso, em sua produção de commodities agrícolas se destaque o plantio de soja. Somando a produção de frango e suínos, a qual o abate dos galináceos chega a 31% de todo o mercado brasileiro. Também tem forte mercado na produção de leite, apesar de estar em terceiro lugar em 2013, atrás de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Diante disso pode-se afirmar que a economia paranaense nos últimos seis anos conseguiu resultados positivos para o desenvolvimento socioeconômico regional. Como podemos perceber a grande predominância dos grandes produtores e pouca diversificação da economia, como acontece historicamente em todos os estados brasileiros, apesar dos últimos 60 anos alguns avanços positivos aconteceram.

A formulação de políticas públicas nos últimos 12 anos tem direcionado para os que estão sendo mais prejudicado por esta concentração de riqueza do sistema capitalista. Pois existem muitos investimentos, mas somente visando o interesse de poucos. Então nos interrogamos de que modo os investimentos estão chegando às regiões para alavancar o desenvolvimento local.

O presente trabalho contém um estudo sobre uma redefinição do que é importante para análise do desenvolvimento local. E considerando uma visão equivocada para o enfoque de investimentos, que acabam não chegando aos pequenos empreendimentos de economia solidária. A metodologia trabalhada, busca a compreensão histórica e conceitual, e se propõe explicar a economia solidária e o desenvolvimento local a partir da revisão bibliográfica, ou seja, dando um panorama conceitual e a relacionando com um estudo de caso, do empreendimento Cultivo de peixe em tanque rede. A ideia inicialmente era buscar mais casos para enriquecer o trabalho, mas apesar de inúmeros contatos realizados, somente um empreendimento confirmou em colaborar.

A base epistemológica é elencar o processo evolutivo da economia solidária ao longo do tempo e a influência e confluência com o Desenvolvimento Local, no sentido de perceber como os temas são colocados em ênfase como políticas públicas a depender de cada governo, e refinar o meu olhar sobre estes temas, e aplicação efetiva de uma política pública eficiente.

Conduzindo a análise e interação das diversas esferas governamentais. Vale salientar que a tentativa é realizar esta revisão bibliográfica de forma organizada e coerente, sendo conduzida da seguinte forma; o objetivo principal é discutir o conceito de Economia Solidária e Desenvolvimento Local e sua relação empírica com este caso do Cultivo de peixe em tanque rede. No objetivo

¹ Publicação semestral: Ano 1, n ° 01, 55 páginas, agosto, 2014. Foz do Iguaçu, PR. Região Oeste lidera a produção de milho paranaense, p.14

secundário busca-se produzir um estudo sobre a relação de políticas públicas, arcabouço teórico, confrontando com o estudo de caso específico. Tendo como referencial o empreendimento chamado Cultivo de peixe em tanque rede, e usando os critérios Econômico, Social e Ambiental.

A metodologia usada está embasada no estudo e compreensão histórica e conceitual da Economia Solidária e o Desenvolvimento Local, a partir da revisão bibliográfica e o estudo de caso do empreendimento chamado Cultivo de peixe em tanque rede.

Para a construção da hipótese inicial baseou-se na seguinte afirmação: é a de que a Economia Solidária tem impacto no desenvolvimento local: usando como referencial o estudo de caso do empreendimento de economia solidária chamado Cultivo de peixe em tanque rede, para identificar quais os impactos específicos que cada empreendimento pode trazer para o local.

A pesquisa escolheu três justificativas para base de direcionamento:

I - Qual a importância do tema para a Economia- a importância para a Economia é fundamental o grau de satisfação pessoal, de bem-estar. A alienação do trabalhador pelo sistema capitalista traz consequências negativas. E ainda cria-se uma imagem que uns são melhores que os outros, gerando uma constante concorrência inútil entre os indivíduos.

II – Qual o retorno do estudo para a sociedade – o retorno da Economia Solidária para a sociedade é a desconstrução da ideia de quem tem capital pode ser melhor.

O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades e economia solidária oferece a todos, sem distinção. (SINGER,2007)

III – Âmbito pessoal a importância pessoal do estudo – no âmbito pessoal a importância desse estudo, é de uma grande preciosidade. Vindo a confirmar a ideia que o este estudo sem a tarefa de sentir as experiências, tudo se torna muito vago. Ou seja, a discussão da Economia Solidária sem a análise local não cria bases sustentáveis.

Para tanto, o trabalho está separado em três partes. A primeira parte trata da construção e discordância do conceito de Economia Solidária entre os autores, já que o termo Economia Solidária ficou conhecida somente na segunda metade do sec. XX. Neste capítulo o intuito é desenhar esta problemática da definição conceitual e a entrada desta instrumental econômica no Brasil. A segunda parte deste trabalho tratará especificamente Desenvolvimento local: breve síntese do debate, partindo de uma breve descrição do debate que estão acontecendo sobre o

desenvolvimento local, e a tentativa de uma construção conceitual. Nesta apresentação os critérios adotados para análise da sustentabilidade dentro das seguintes dimensões: econômica, social, política, cultural e ambiental. Neste tópico o objetivo é apresentar os critérios adotados para avaliar as experiências, com o instrumental teórico de França Filho e Santana Junior. Avaliação da sustentabilidade a partir dessas dimensões permite compreender mais a fundo o desenvolvimento local e sua relação com a Economia Solidária, por abarcar vários aspectos da vida. A terceira parte contará com a apresentação de uma experiência de Economia Solidária, e analisar o impacto para o desenvolvimento local. Os aspectos analisados na teoria são apresentados de forma clara, ou seja, a metodologia está bem definida. Com todo este arcabouço metodológico, voltamos para a realidade e a observação dela, para fazermos tais comparações entre os critérios e a realidade. Esta análise é referente à construção de conceitos, onde se pode comparar se na prática estes conceitos são viáveis.

A economia solidária e o desenvolvimento local, sobre a luz da análise de França Filho e Santana Junior, busca mostrar como as práticas de Economia Solidária podem efetivamente transformar o território, e suas preocupações em comum. As práticas de Economia Solidária impactando no desenvolvimento local são apresentadas a partir da análise de um caso relevante na cidade de Foz do Iguaçu-PR: Cultivo de Peixe em Tanque Rede.

Com este olhar empírico da leitura, se fez necessário o estudo de caso para a confrontação da efetiva potencialidade da Economia Solidária para o Desenvolvimento Local. Busca-se na prática, como ela se relaciona com o território. A análise da experiência seguiu as dimensões sugeridas por França Filho e Santana Junior (2007), onde apresenta como o desenvolvimento das atividades econômicas em tal experiência, articula-se com diferentes dimensões da vida das pessoas no território, as quais são: dimensão econômica, social, ambiental, político e cultural. Numa análise claramente de antropologia econômica. A escolha de usar a dimensão econômica, social e ambiental na análise do empreendimento de Cultivo de peixe em tanque rede, foi em função das poucas alternativas para entrevistas, restando suprimir das dimensões sugeridas pelo artigo analisado. Por ter este caráter de análise humana e usando instrumental econômico, França Filho e Santana Junior (2007) tem como objetivo mostrar os reflexos específicos de tal articulação sobre a conformação do desenvolvimento local.

Capítulo 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA

1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ANÁLISE HISTÓRICA E A PROBLEMÁTICA DE DEFINIÇÃO CONCEITUAL

O debate da economia solidária não é considerado novo, mas ultimamente vem sendo muito debatido. No qual é considerada de difícil construção objetiva conceitual, dado que cada região define de uma maneira diferente o “ser solidário” ou o sentido de construir relações sociais, econômicas de forma solidárias.

Existe uma variedade de nomes para a Economia Solidaria, como “economia popular e solidária”, também é conhecida como “economia de comunhão”, de “sócio- economia solidária”, etc. Mesmo com esta diversidade de nomes, sua essência de transformação, tendo como princípio a organização social e econômica que é caracterizado pela autogestão, solidariedade e consumo solidário, se mantêm em todos os termos citados anteriormente .Ou seja, apesar de possuir diversos nomes, em um ponto muitos autores convergem , a economia solidaria é uma forma de transpor a ordem burguesa atual, construir uma outra economia.

O economista e professor Paul Singer é considerado o mais importante nome que debate este tema no Brasil, e leva adianta esta outra maneira de organização socioeconômica, segundo as palavras de Singer, a economia solidária é reinventada, uma vez que ela surge como modo de produção em conjunto com o modo de produção capitalista há cerca de 200 anos. (SINGER,2000)

Entende-se que a economia solidária vem caminhando paralelamente a produção capitalista, e evoluindo na mesma proporção. Este conceito foi construído com os chamados “socialistas utópicos”, denominado por Karl Marx², que a economia solidária poderia conviver harmoniosamente com o capitalismo.

Segundo professor Singer, explicando-se através do conceito de *formação econômica social* ,onde vários formas de produção convivem paralelamente(SINGER,2000).E também, a maneira de como o capitalismo molda a produção de acordo com sua lógica estrutural e institucional.

Conforme explica professor Singer, a Europa no sec. XIX passou por uma experiência parecida com a dos Estados Unidos em 2008 com a bolha imobiliária, mas na Europa do séc. XIX

² Conforme Arroyo e Schuch (2006),os primeiros focos de pensamento da economia solidária surgem desses pensadores que elaboraram modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária, os quais, entretanto, não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar a sociedade da época e, em virtude disso, foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos. São ,contudo, precursores e idealizadores de processos econômicos alternativos como resultado de um articulação econômica.

teve como objeto a produção de carvão. Após a crise industrial , muitas empresas foram adquiridas por seus trabalhadores, dando início a chamada cooperativa. Nota-se como o resgate histórico tem grande importância para o entendimento dos eventos atuais. Dentro desse resgate histórico, o conceito e as práticas de economia solidária tiveram grande contribuição de autores socialistas, na Inglaterra destacam-se ,Robert Owen ,na França, Fourier, Saint Simon, Proudhon, entre outros.

Segundo professor Singer, o autor que merece destaque é o Robert Owen que apoiava os trabalhadores em criar aldeias em torno das indústrias, principalmente dado os acontecimentos no período, a crise que atingiu o setor industrial em plena revolução industrial. Estes trabalhadores segundo Owen, deveriam tomar para si os meios de produção e transformá-las em cooperativas.

Owen teve oportunidade em duas situações de ver estas ideias utópicas em ação, primeiramente em uma grande indústria têxtil, em New Lanark, posteriormente na colônia cooperativa de New Harmony, nos Estados Unidos, anunciando *a formação de cooperativas para formar os mercados dos capitalistas*³.

As cooperativas ao chegaram no sec. XX sofreram grandes mudanças, no que era originalmente a ideia da auto-gestão, se transformando em pseudo-cooperativas. Assumindo o papel de produtora, fornecedora de créditos e comercialização, o correto seria se as cooperativas pudessem fundamentalmente manter uma continuidade e preservação dessas ideias, mas acabaram se transformando em mais uma ferramenta do capitalismo. Ainda pode-se encontrar cooperativas que mantêm em sua organização os princípios *Rochdale*⁴ , que estabelecem uma convivência harmônica entre as pessoas, de forma igualitária e democrática .As mudanças de relações dentro das cooperativas se deu pelo fato que , muitos capitalistas queriam se livrar dos encargos sociais e explorar ainda mais o trabalhador.

O início do cooperativismo no sec. XIX e sua retomada no final do sec. XX , segundo Singer (2003) é proveniente de seu sucesso, causando assim a *degeneração do ponto de vista da economia solidária*, devido o espaço físico que se tornou maior e o número de pessoas aumentou, ou seja, as relações pessoais ficaram mais complexas de serem administradas. Verifica que de fato, o crescimento do tamanho da cooperativa e do número dos seus membros dificulta a vigência da

³ Tanto Arroyo e Schuch(2006) como Singer(2003) definem Owen como defensor da criação de uma sociedade comunista com a organização de colônias cooperativas ,objetivando o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção e agregando as idéias de outros utópicos,seus contemporâneos.(Grade M, Almeida Pereira M. J., 2010)

⁴ Rochdale era uma cidade de tecelões auto-educados,orgulhosos de suas tradições e confiantes no seu valor. A Cooperativa de consumo Rochdale foi criada em 1844 por 28 trabalhadores.Seus objetivos iniciais iam além da simples criação de um empresa de consumo.Almejavam abrir um cooperativa de consumo,construir casas para seus sócios e fábricas para dar trabalhos aos desempregados.Seus princípios estabelecidos ainda hoje regem o cooperativismo,são eles: controle democrático, um sócio , um voto ; adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos;juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito; distribuição de parte de excedente proporcional às compras;venda à vista,sem crediário; vendas só de produtos puros, não adulterados; neutralidade política religiosa.(Grade M , Pereira Almeida M J, 2010)

democracia participativa, mas considera que este fator jamais bastaria, para operar tal mudança. Pode se perceber as barreiras criadas pelo capitalismo, e sua forma de conseguir superar suas etapas. As cooperativas foram ótimas formas de pagar menos impostos sociais e fiscais. (Grade e Pereira Almeida, 2010)

A retomada da economia solidária somente se fez presente, devido a frequentes crises que se instaurou no mundo do sec. XX. Mas em cada lugar esta retomada mostrou-se de forma diferente, uma data aproximada é 1956, quando o Padre José Maria Arizmendiarrreta fundou com alguns discípulos a primeira cooperativa de produção, que viria a ser a semente do grande complexo cooperativo de Mondragón, o desemprego era grande e o padre era um entusiasta do solidarismo cristão. A Igreja católica foi a porta de entrada da economia solidária no Brasil. O desemprego no Brasil era grande, em um contexto histórico de pós-segunda guerra Mundial com a Europa destruída. A crítica feita por Singer (2003), sobre as formas de organização das cooperativas e sua degeneração é resultado do contexto histórico. Pois no final do sec. XIX o desespero entre os trabalhadores era enorme, com taxas de desemprego e a miséria no mesmo patamar, isso gerou um sentimento de “rebelar-se” ou “submeter-se”. As crises como se percebe é um instrumento de mudança e ressurgimento de antigas formas de organização social. As pessoas retomaram a maneira autogestionária de produção, mas quando aconteceu a estabilização da economia e o pleno emprego nos anos dourados da década de 30, houve uma “reconciliação” da classe trabalhadora e automaticamente o desejo de uma produção de autogestão também perdeu a força. (Grade e Pereira Almeida, 2010).

No contexto atual e a luz do sec. XXI a economia solidária retomada em muitos países, tem como precedentes o cooperativismo operário, que lutaram em todo o sec. XIX contra a grave crise gerada pela revolução industrial (apud Singer, 2003). Trazendo os dois princípios básicos, da cooperação e solidariedade entre os homens, que foi esquecido quando nos submetemos ao sistema capitalista de produção. (apud ARROYO e SCHUCH, 2006)

Em se tratando da economia solidária, do cooperativismo ela carrega a forma de organização e tradição histórica. A economia solidária difunde o aspecto igualitário e democrático, que é o princípio fundamental da relação entre os homens para a superação do sistema capitalista de produção, ela vai muito além, pois se relaciona com outras formas de organizações econômicas (apud SOUZA, 2003).

Vejamos como é esta forma diferente de se relacionar como mostra o exemplo a seguir, retirado da nota de rodapé de *Mulheres migrantes e indígenas em Roraima, A construção de uma trajetória coletiva*;

Assim como as experiências baseadas em valores coletivistas, não individualistas, como é o caso dos clubes de trocas e a novas cooperativas de crédito, voltadas à população carente. O microcrédito é uma invenção atual (data dos anos de 1970), difundida pelo economista Yunus, de Bangladesh (Índia), que formou com seus alunos um banco de pobres, o Grameen Bank, ou Banco da Aldeia, que atende quase somente mulheres, as aldeãs mais pobres, em geral exploradas pelos comerciantes. (Grade e Pereira Almeida, 2010).

No Brasil a economia solidária surgiu de forma tímida, em consequência da crise 1981 que gerou inúmeros casos de desemprego, acabou fortalecendo e criando corpo. Na década de 1990 os movimentos sociais muito fortalecidos pela crescente onda de desemprego em massa, e a política de abertura da economia para importação que foi o cerne do problema do desemprego. Segundo o exemplo de Singer (2003) citado por Grade e Pereira Almeida, relata o caso da *Makerly*, uma empresa que não tinha mais condições de pagar seus funcionários passou a gestão e estrutura física para os trabalhadores. No período que seguiu-se de 1980 a 1990 foram marcados por enormes crises no setor empregatício. Com muitos retrocessos para os trabalhadores e para economias do mundo todo, o Brasil também se somou a esta crise a qual ficou conhecida como as “duas décadas perdidas”. A economia solidária apareceu como uma resposta a estas políticas neoliberais que deixam milhões de pessoas desempregadas e desamparadas. Como na Europa, Estados Unidos o Brasil acolheu a Economia Solidária como forma de garantir a sobrevivência das famílias.

(...) a Economia Solidária ressurgiu no Brasil como forma e alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formais que se deu a partir da década de 1980, conforme mostrado por Arroyo e Schuch (2006), levando a pobreza a se multiplicar em proporção até então jamais vista. (Grade M, Pereira Almeida M J, 2010).

Com a precarização e exploração de diferentes formas de trabalho, geram inúmeras insatisfações sociais. Estas políticas públicas são apoiadas pelos governos como forma de garantir a sobrevivência, de inúmeras famílias que vivem sobre a pressão das políticas neoliberais.

O autor Nakano (2003, p.65), enfatiza que o período da década de 1990 foi o auge do período de “grande desemprego”. Adverte que muitos fenômenos que existiam antes desse período se tornaram mais evidentes, a exemplo das micro e pequenas empresas, do trabalho informal e das cooperativas. Com estes fenômenos mais evidentes foi necessário criar novas análises e políticas de intervenção. Inaugurou-se então uma nova fase do cooperativismo brasileiro, com sua essência advinda da economia solidária passou a expandir e a distanciar-se em detrimento a burocratização

e degeneração que sofreu ao longo do seu desenvolvimento. O desenvolvimento deu-se com semelhanças do passado, onde a crise da revolução industrial deixou vários desempregados e na extrema pobreza na Inglaterra e Europa. E também tendo a classe trabalhadora como principal protagonista dessa nova fase, com idealistas e intelectuais. Os grupos que atuam com cooperativismo igualitário esforçam-se para desvincular esse chamado *pseudocooperativismo* ou “*cooperfraude*” assim chamados por eles, das suas experiências.

Acadêmicos, teóricos e políticos brasileiros resgatam os princípios do movimento owenista, dos pioneiros de *Rochdale*, e criativo, e experiências mais recentes como as do *Kibutz*⁵ em Israel e de *Mondragón*, na Espanha. É um novo cooperativismo diverso e criativo, e deste modo se constitui em diferentes formas para enfrentar o desemprego. (Grade e Pereira Almeida, 2010).

Como podemos perceber os novos grupos formados para enfrentar a crise salarial, têm apresentado um cooperativismo criativo, moldando o que hoje se dá o nome de Economia Solidária.

Segundo Singer (2003) a Economia Solidária somente é possível, com o apoio das instituições governamentais e sociedade civil, ou seja, o reconhecimento é fundamental para que seja revivenciada em sua plenitude e que atinja a mudança desejada.

No Brasil, segundo o autor, está havendo uma grande movimentação nos últimos cinco a dez anos. As políticas públicas estão cada vez mais fortalecidas, pelo efeito encorajador desse movimento com inúmeras entidades criadas neste período citado acima.

Segue abaixo alguns dos órgãos criados que apoiam este movimento da Economia Solidária.

Aqueles ligados à igreja, como a Cáritas e a Fase; movimentos pela reforma agrária como o MST e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); agências formadas pelo movimento social urbano como a Associação Nacional de Empresas Autogestionadas (ANTEAG); e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), formada pela CUT, além das Universidades. (Grade e Pereira Almeida, 2010).

Podemos perceber um esforço grande para se criar entidades que possam fortalecer a Economia Solidária, no Brasil, não só como alternativa ao desemprego, mas também para manter o

⁵ Fazenda coletiva em Israel onde se empreende o regime de co-propriedade e cooperação mútua voluntária. Todas as atividades são realizadas comunalmente. (SANDRONI, 1994) (Grade M, Pereira Almeida M J, 2010).

trabalhador na área rural, como a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura).

1.2 MOVIMENTO DE SURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ANÁLISE HISTÓRICA DE 1930 A 1980, PERÍODO QUE MARCA A ENTRADA E PERMANÊNCIA DAS TÉCNICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O período de 1930 a 1980 é de extrema importância para entendermos este movimento que introduziu a Economia Solidária no Brasil. Com o processo de industrialização no Brasil, que se iniciou em 1930, o chamamento de grandes massas trabalhadoras foi gigantesca. Neste período estima-se que 46 milhões de trabalhadores migraram da área rural para áreas urbanas. A economia estava voltada para o mercado interno, este movimento foi denominado de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), onde toda América Latina estava no mesmo movimento, por causa da grande depressão e da II Guerra Mundial. O marco desse período foi a regulamentação dos direitos trabalhistas com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, determinando as relações de trabalho nos marcos do capitalismo em expansão. Dessa forma se estabelecia a força de trabalho nacional “com o avanço do uso da mão-de-obra no Brasil.(apud SILVA E SILVA; YAZBEK,2006,p.8)⁶.

No Brasil acontecem grandes transformações sociais e econômicas, com o aparecimento de grandes metrópoles urbanizadas. O plano de metas traçado por Juscelino Kubitschek nos anos de 1950, incentivou ainda mais esta economia moderna de desenvolvimento. O êxodo rural causou uma enorme oferta de mão-de-obra, estima-se que aproximadamente 46 milhões de pessoas da área rural migraram para as cidades, no período que se iniciou em 1960 a 1990. Com esta imensa massa de desempregados que se formou, as atividades informais começaram a surgir, com “baixa remuneração, e grande instabilidade”. Diante deste cenário, o Estado passou a promover políticas de proteção social, para regulamentar esta nova condição de trabalho no país.

No período dos anos 1980, o Brasil apresentou taxa média de crescimento econômico em torno de 1,5%, juntamente com elevadas taxas de desemprego; contabilizou, ainda, déficits crônicos no seu balanço de pagamentos e alcançou taxas inflacionárias de até 80% ao mês. O “mundo do trabalho” no país entra em uma profunda crise .Com grandes filas de desempregados, juntamente com a recessão econômica, todas as conquistas históricas dos trabalhadores começaram ser destruídas. Se flexibilizou e desregulamentou as leis trabalhista para baixar custos das empresas,

⁶ Políticas Públicas e Economia Solidária: considerações e divergências sobre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. STAVIE, Pedro M.,2009,p.82.

precarizando ainda mais as condições de trabalho. O Estado brasileiro estava sendo corroído por uma grave crise, provocando um indefinido déficit fiscal, com enorme dificuldade de gerenciamento e regulamentação governamental, se aprofundando ainda mais a crise social e do trabalho. (STAVIE,2009).

Neste mesmo movimento desenvolvimentista moderno, o período compreendido entre 1965 a 1985, foi o auge do processo gigantesco de mecanização da agricultura. Este processo voltado para os grandes produtores rurais favorecendo o desenvolvimento da agricultura e pecuária, porém não chegou até aos donos de pequenas propriedades. As pequenas propriedades se viram no vazio da falta de apoio para manter-se no campo, então surgiu à necessidade iminente de exigir uma parcela desse crescimento que não os atingia. O surgimento dos movimentos sociais em todo o país foi fundamental como forma de resistência a todo este processo de crescimento, que poucos se beneficiavam. A organização coletiva são frentes adotadas para enfrentar estas novas transformações causadas pela crise econômica, que se acirrou nos anos de 1980.

Podemos destacar o movimento mais organizado neste sentido, foi o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desta organização e cooperação foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), são 86 cooperativas distribuídas em todo o Brasil, que foram organizadas em três formas principais: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e as Cooperativas de Crédito. Outras associações surgiram, e contribuiram para impulsionar a economia solidaria como a ANTEAG, com o objetivo de travar uma luta contra o desemprego e desenvolver a importância da *autogestão*, que é a sua característica principal. Destaque também para a entidade que foi formada recentemente que é a Agência de Desenvolvimento Solidário(ADS) criada e coordenada pela Central Única de Trabalhadores(CUT),que faz parceria com a Unitrabalho - Rede de Incubadoras Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, o Dieese e a Fase. Várias iniciativas sendo tomadas no sentido da geração de renda e trabalho, culminou na necessidade de formar o Fórum Brasileiro de Economia Solidaria(FBES),em 2001, no seio do Fórum Social Mundial para servir como ponte entre o movimento da economia solidaria e Governo Federal e outras instâncias. Há que se destacar uma conquista importante no âmbito Federal de Governo é a Secretaria Nacional de Economia Solidária, com o objetivo de formular e articular políticas de fomento a economia solidária. Em 2004, foi criada a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidaria do Brasil(UNISOL), com objetivo de representação dos empreendimentos. Todo esse movimento institucional e social realizado no Brasil tem mostrado uma expansão e fortalecimento da economia solidária . Em 2003 foi criado a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que atua dentro do Ministério do Trabalho, através da Lei n.10.683 e do Decreto 4.764.

Neste mesmo ano foi convocada a 3ª Plenária, com 800 delegados de todo o país, e deu origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), *órgão máximo da organização da sociedade civil na área de Economia Solidária*. O Fórum tem como objetivo discutir melhorias na área de políticas públicas para a economia solidária. (STAEVIE,2009).

A crise dos anos de 1970 trouxe este aumento de trabalhos informais, o Estado admitindo seu fracasso em amparar estes trabalhadores no processo de *industrialização/urbanização*, passa a abrir mais campo para o debate e criação de políticas públicas voltadas para este “setor”.

1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: COMPREENDENDO O CONCEITO E SEU PODER TRANSFORMADOR NA SOCIEDADE

A compreensão deste segmento da economia comporta a ideia e conceito de coletividade em sua essência, onde se busca o associativismo/cooperativismo. O modo de trabalho é constituído informalmente, ou seja, a relação de trabalho não é assalariada. As pessoas envolvidas são nas formas individuais ou coletivas, produzem e distribuem os produtos de forma solidaria. Esses atores individuais ou coletivos se organizam em diferentes tipos de atividades econômicas informais, e administração é autogestionária. A coletividade e autogestão estão embutidos *no discurso dentro dos segmentos sociais envolvidos diretamente na organização estruturada das grandes entidades solidárias (como o FBES) e da própria Secretaria Nacional de Economia Solidária vai ao encontro desses dois ideários*. Dentro desta proposta de coletividade, se elenca para análises, o que seria atividade econômica solidária, dos tipos individuais. Estes critérios é elencado pela SENAES e pelo Fórum. Mas ainda se encontram dificuldades em classificar, como essas atividades individuais se conectam com as *ditas solidárias*. Geralmente estas atividades que são desenvolvidas em locais precários e insalubres. Não gera muitos postos de trabalho e renda. As famílias normalmente são as que estão inseridas nestas atividades sem separações das funções, nada é muito estruturado, onde a autogestão e individualidade é característico. Não por acaso estas características assemelham-se aquelas encontradas no que costumamos chamar de economia informal. (STAEVIE,2009).

A importância do debate da Economia Solidária no contexto atual de crise do sistema capitalista, tem uma característica menos severa que nos anos de 1970. Esta tendência em polarização no sentido que as estas políticas públicas devem ser criadas para apoiar esta enorme quantidade de pessoas desempregadas, consequência da crise do modelo capitalista.

A economia solidária torna-se o vetor de transformação para uma sociedade mais justa e socialmente equilibrada, em direção a um novo modelo de desenvolvimento (sustentável). (STAEVIE,2009). Se por um lado a criação da SENAES vem para legitimar o movimento de

Economia Solidária, existe por outro lado a crítica em relação a “precarização das formas de trabalho”. Precarização do trabalho, largamente trabalhado por Marcio Pochmann põe em cheque a capacidade do Estado em dar continuidade as garantias e conquistas trabalhistas alcançadas pela classe trabalhadora ao longo de todo o decurso do desenvolvimento do regime de produção capitalista, sobretudo no sec. XX, período que apresentou sua “época de ouro”. (ibid)

Esta incapacidade do estado torna o desemprego estrutural na sociedade, obrigando as empresas colocar em prática o plano sórdido de redução de custos variáveis, isso inclui a contratação desta mão de obra informal. O estado adere a redução de custos incorporado a ideia do desemprego estrutural e acredita que uma parcela da população não é empregável. A criação de políticas públicas neste sentido vem para colocar panos quentes e resolver parte dos problemas deste desemprego estrutural, servindo mais como um paliativo, como esta voltada para a chamada Economia Solidária.

Apesar de que os movimentos e seus articuladores como o FBES e a própria SENAES procuram debater a Economia Solidária e permitirem estas políticas públicas dentro de um movimento maior, com a chamada transversalidade da política pública, onde outros órgãos do governo federal, como MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Ministério das Cidades e Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA) estão permanentemente envolvidos.

O movimento da Economia Solidária é bastante forte, porém muito deve ser ajustado no sentido de como esta estrutura de governo se configura. Para quem sonha com a totalidade da economia solidária em funcionamento, deve levar em conta esta estrutura governamental, pois a mesma que distribui tem o acesso aos recursos financeiros e o poder.

Conforme professor STAEVIE (2009) apresenta neste artigo por mim analisado, existe esta grande problemática entre o estado e a sociedade. Entre esses grupos que querem trabalhar por sistema de produção com preocupações sociais, respeitando o ser humano, o coletivo, e um estado capitalista que cria políticas públicas dentro desta lógica. O Estado atrelado com o grande capital e esta visão reducionista em relação à Economia Solidária, no sentido que de, o uso dessas técnicas deve ser somente em momentos de crise, e não como uma forma de superar esta forma atual de economia. Onde impera a visão economicista, do individualismo, competitividade, de criar empresas visando a lucratividade a qualquer custo, sem a preocupação e respeito pelo indivíduo e seu bem estar.

Este aspecto da Economia Solidária e suas preocupações, em buscar soluções através de políticas públicas inclusivas, vão de encontro com outro debate que tem sido colocado em evidência nos últimos anos, que é a questão do desenvolvimento local. No próximo capítulo apresentarei, como as preocupações e as práticas da Economia Solidária no Brasil, e particularmente na cidade de

Foz do Iguaçu, são as mesmas preocupações do Desenvolvimento Local, tendo como referência o texto do França Filho e Santana Junior (2017).

Capítulo 2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL: BREVE SÍNTESE DO DEBATE

Neste capítulo apresento uma breve síntese sobre o debate que estão acontecendo sobre o desenvolvimento local, e a tentativa de uma construção conceitual. As questões/aspectos, como denomina França Filho e Santana Junior, são colocadas no centro das preocupações, pois são temas que não foram resolvidas ou capazes de serem abarcadas dentro da lógica de mercado tradicional. Conforme citação abaixo, o mercado e as políticas públicas desenvolvimentistas foram incapazes de gerar um resultado qualitativo e quantitativo positivos.

A preocupação com o desenvolvimento local(seja no debate acadêmico, seja na agenda de discussão política) aparece fortemente vinculada a uma serie de questões/aspectos não resolvidos pelos mercados e pela tradição das políticas desenvolvimentistas(incapacidade de generalizar bem-estar; necessidade de conectar os locais a processos/espacos dinâmicos, de potencializar a produção e de otimizar a comercialização). (França Filho e Santana Junior,2007)

Este surgimento do debate em torno do desenvolvimento local é uma espécie de *solução mágica*⁷, que vem para resolver os problemas criados pelas ideias desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo em que encontra adeptos numerosos, causa uma desconfiança na mesma proporção no sentido de sua importância teórico-prática. A discussão do desenvolvimento local se apresenta com contornos próprios, acabando por não somente debater o desenvolvimento em si, mas em diferentes modalidades. Nesse sentido, as formas de ação do desenvolvimento local podem, mais ou menos, enfatizar a mercantilização, a estatização, as parcerias estado-sociedade civil com protagonismo social, entre outras. (França Filho e Santana Junior, p.04, 2007)

A crítica dos autores está nesta ideia, que inicialmente renderia bons frutos, dos olhares se voltarem para o território local, porém esta ampliação do tema em debate para a criação de formas várias de ações, criando as tais modalidades, mostra esta dificuldade em saber como agir no território, ou seja, qual a melhor estratégia em comum para regiões distintas.

Na análise do caso de pesca em tanque rede, na cidade de Foz do Iguaçu, pude observar e concluir esta intervenção do desenvolvimento local e suas modalidades, e dentro deste conceito de

⁷ Termo utilizado pelos autores - Genauto Carvalho de França Filho, Gildásio Santana Junior. Economia Solidaria e Desenvolvimento Local: uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia.

Economia Solidária, este caso está mais direcionado a modalidade de ação voltada para a mercantilização. Segundo os autores França Filho e Santana Junior , a maioria das vezes os casos que tem fomento do governo, estão apoiadas fundamentalmente numa dinâmica ,que foi qualificado pelos autores de *empresarização*(apud SOLÉ,2004), ainda que tivessem sido iniciadas de maneira associativa ou cooperativa.

No plano conceitual, um contraponto importante à visão de desenvolvimento local que enfatiza dinâmicas de **empresarização** pode ser encontrada em GALLICCHIO e CAMEJO(2005). Para estes autores, o desenvolvimento local é entendido com um ambicioso processo que envolve tempo, recursos humanos e econômicos, e, sobretudo, capacidade de construção e criação, o qual implica ir construindo, em cada etapa, estas condições ao nível do território e sua articulação com o global.(França Filho e Santana Junior p.3,2007).

Os autores apresentam uma dinâmica, que mostra um pouco além das técnicas e metodologias usuais, porém, a crítica está nesta ideia de processos de curto prazo, sem uma verdadeira mudança estrutural, e também não sugere formas diferentes de sustentabilidade de processos.

Esta preocupação com uma forma de valorização de modo de agir em desenvolvimento local, voltado para uma perspectiva de equilíbrio das várias dimensões compondo a vida num território parece muito próxima das preocupações que são comuns aos princípios, conceitos e praticas de economia solidária(ES). (França Filho e Santana Junior,2007).

A importância de conceituar e debater os temas tem grande relevância para construir esta relação entre Economia Solidária e Desenvolvimento Local, e a compreensão destas práticas facilita a identificação das preocupações que ambas possuem em comum. A conexão dos temas se dá justamente nos princípios e conceitos que são comumente compartilhado por ambos, para análise do caso de Cultivo de peixe em tanque rede, como forma de avaliar o impacto em cada local usando as práticas da Economia Solidária e o modo de agir analisado pelo desenvolvimento local.

2.2 CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DENTRO DAS SEGUINTE DIMENSÕES: ECONÔMICO, SOCIAL, POLÍTICO E AMBIENTAL

Este tópico tem como objetivo apresentar os critérios adotados para avaliar as experiências,

com o instrumental teórico de França Filho e Santana Junior. A avaliação da sustentabilidade a partir dessas dimensões permite compreender mais a fundo o desenvolvimento local e sua relação com a Economia Solidaria, por abarcar vários aspectos da vida. Fazendo esta análise a luz destes conceitos, vão permitir o reconhecimento mais preciso do território, o seu grau de desenvolvimento em cada local e servir para fazermos comparações. A tese central consiste em considerar que o grau de desenvolvimento local e sua sustentabilidade em um território, supõe um equilíbrio dinâmico entre as varias dimensões que atravessam a vida das pessoas.

A ideia central é, para se atingir o equilíbrio dinâmico no território, devem ser considerados todos os aspectos da vida daquele lugar em questão, dentro das dimensões que os autores consideram relevantes. As dimensões sugeridas por França Filho e Santana Junior são apresentadas de forma detalhada abaixo.

Vale relembrar que somente três critérios foram utilizados para a avaliação do empreendimento de Cultivo em tanque rede.

- a) Dimensão econômica – quanto à capacidade de impactar na distribuição de renda no território, ou seja, pode-se avaliar os números de postos de trabalho (ou famílias beneficiadas), ou seja, primeiramente um indicador de distribuição. Se esta sendo lucrativo, seus insumos utilizados do território, e como está sendo a dinâmica do consumo local.

Um segundo indicador, é a capacidade da experiência ir além da logica econômica, ou seja, a capacidade de ir além das transações de natureza mercantil; pode-se observar se ela estimula outros circuitos de relações econômicas, por exemplo, produção para autoconsumo, intercambio de produtos e serviços não monetarizados, mecanismos para produção e consumo nas relações com os poderes públicos.

- b) Dimensão social – neste indicador qualitativo, faz uma análise do nível da coesão social entre as pessoas envolvidas, ou seja, um grupo tende a ter diversos tipos de pessoas e este indicador vem para auferir o entrosamento existente. Observando também o dia-a-dia da experiência. Este indicador é um pouco mais abrangente, ele considera outros indicadores, tais como:

(...) o tipo de sociabilidade vivido no território, o grau de confiança e a natureza do vínculo na relação entre as pessoas, etc. Neste caso, para o desenvolvimento das atividades econômicas encontra-se indissociavelmente ligado ao nível de vínculo entre as pessoas, muitas vezes pré-existentes. (França Filho e Santana Junior,2007).

Com estes dados podemos “medir” qual o nível de prazer do viver em comum com as outras pessoas desta experiência analisada.

- c) Dimensão cultural – ela está ligado a afirmação identitária característica dos grupos envolvidos com a experiência de desenvolvimento local.

A compreensão de tal dimensão parece passar primeiro, por um conhecimento relativo à própria história do local e, fundamentalmente, o grau de identificação das pessoas com esta história; o que supõe: sentimento de pertencimento das pessoas em relação ao seu território, práticas e valores comuns compartilhados. Neste sentido, observar o grau de enraizamento da experiência no tecido cultural .(França Filho e Santana Junior,2007)

Nesta dimensão o observador deve ter este olhar refinado, para enxergar a experiência como algo que legitimado na região. Que vem reafirmando valores e costumes próprios, e se estão fazendo uso dos recursos naturais locais e se utilizar tecnologia que sejam socialmente apropriadas.

- d) Dimensão política – esta dimensão é subdividida em três aspectos importantes:

O primeiro aspecto considera-se a autonomia desses grupos no processo de gestão da experiência, ou seja, o grau de democratização e participação das pessoas na criação das próprias regras, sem interferência governamental. O segundo aspecto é a capacidade de experiência em fomentar um modo de ação pública no território, o que afeta diretamente o nível e a forma de participação das pessoas na discussão de problemas comuns relativos ao cotidiano da vida no próprio lugar, ou seja, se a experiência está contribuindo com o desenvolvimento qualitativo e quantitativo da região. O terceiro aspecto é o nível de articulação da experiência, no sentido de inserção em redes, no âmbito da própria sociedade civil. E quanto a capacidade de estabelecer pactos ou interações com poderes públicos, preservando sua autonomia. Ou seja, neste terceiro aspecto a análise considera, a importância de a experiência ter suas conexões e inserções, tanto na sociedade quanto nos poderes públicos de forma autônoma sem a necessidade de adequação a padrões preestabelecidos deve ser considerada, seguindo sempre seus objetivos iniciais.

Este conjunto de aspectos mostra a importância dessa relação sociopolítica que a experiência deve ser composta, devendo permear esses aspectos. O primeiro aspecto mostra como a cultura política democrática de certa forma aumenta o nível de interações e

aprendizado dos grupos. Os dois últimos aspectos tem uma grande relevância na inovação na esfera da cultura política local, e mostra ainda quanto de transformação ela pode promover no plano institucional da vida no território.

- e) Dimensão ambiental – esta dimensão deve contemplar o grau de vinculação com as características ambientais do território. A experiência deve levar com conta os impactos ambientais causados por sua produção. Por ser um tema muito amplo, devem-se definir mais alguns aspectos.

Em primeiro lugar, importa avaliar a forma de manejo, dos recursos ambientais através das atividades desenvolvidas. Neste quesito, a dimensão tecnológica assume extrema importância, tendo em vista a necessidade de qualificação da relação entre meio-ambiente e processo produtivo. Assim, deve-se avaliar o tipo de tecnologia empregada nas iniciativas/atividades, procurando identificar em primeiro lugar se a técnica é original (e construída de forma socialmente referenciada); se ela é oriunda de outras realidades e adaptada ao local; ou, se ela é convencional, seja no sentido de recuperação de processos tradicionais, seja no sentido de ser transplantada diretamente de outras lógicas sem considerar as especificidades do território. Conseqüentemente, é preciso considerar se as iniciativas utilizam insumos ou recursos próprios do seu território; se os recursos não têm efeito poluidor; se as fontes energéticas utilizadas são de base renovável; e finalmente, importa avaliar o nível de geração de resíduos pelas atividades, bem como, seu modo de tratamento. Em segundo lugar, importa avaliar o grau de centralidade do ser humano em relação aos processos utilizados. Isto quer dizer que não basta a boa conservação dos recursos ambientais sem se considerar o humano. Ou seja, a dimensão ambiental necessariamente relaciona-se com a boa utilização dos recursos ambientais, sua preservação e bem estar humano. Finalmente, há que se considerar a reeducação dos envolvidos nos processos de consumo. (França Filho e Santana Junior, 2007)

Achei importante fazer esta citação extensa, por se tratar de um tema ainda em construção, e por isso acredito que existam muitas divergências e convergências sobre o tema. Neste sentido, pude observar três aspectos importantes, se a experiência está utilizando recursos naturais de forma sustentável, no momento da exploração desses recursos, ou seja, seu *manejo*⁸. As conseqüências do uso equilibrado dos recursos tendem a resultar no desenvolvimento e inserção de novas formas de

⁸ França e Filho e Santana Junior

tecnologias, porém, devem sempre respeitar as características do lugar. E finalmente se está tendo o ser humano na sua centralidade, melhorando e buscando novas práticas de consumo.

Estes são os critérios de observação das experiências, com o objetivo de medir e avaliar o desenvolvimento local proporcionado pelo empreendimento avaliado. No próximo capítulo, será apresentada uma entrevista com um empreendimento de economia solidária e desenvolvimento local, sobre a luz de três critérios avaliativos. As análises foram feitas através de um questionário elaborado a partir do texto dos autores, Santana Filho e Santana Junior, e foi realizada no local onde está localizado o empreendimento.

CAPITULO 3 APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS AVALIATIVOS

3.1 TEORIA E PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM FOZ DO IGUAÇU: APRESENTAÇÃO DE UM CASO

Considerando o que foi apresentado no capítulo anterior, apresento um caso para discussão, no impacto para o desenvolvimento local.

O empreendimento em questão é limítrofe do município de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha do Iguaçu. O acesso de se dá pela comunidade Alto da Boa Vista, área rural de Foz do Iguaçu e 40 minutos do centro da cidade. A entrevista aconteceu no próprio local do empreendimento, com senhor Estevam Martins Souza. Consegui o contato através da minha querida Gabriela Martins Souza, que é estudante da UNILA. O pesqueiro é o ponto de pesca numero dois, divisão que foi estabelecido segundo os critérios da Itaipu. Este local faz parte das zonas inundadas pelas águas da barragem de Itaipu, formando o lago de Itaipu.

Os aspectos analisados na teoria são apresentados de forma clara, ou seja, a metodologia está bem definida. Com todo este arcabouço metodológico, voltamos para a realidade e a observação dela, para fazermos tais comparações entre os critérios e a realidade. Ou seja, se conseguiremos estabelecer e esclarecer, de fato critérios de relevância em matéria de desenvolvimento local, a sua relação com a realidade. Nada mais lógico que confrontar com a realidade, para a constatação destes critérios de relevância, se na prática a experiência corresponde a todos os critérios.

Este empreendimento comprova o avanço das políticas públicas voltadas a estes pequenos empreendimentos, que vem tendo avanços nos últimos anos. O movimento de fortalecimento da Economia Solidária com o apoio do governo e sociedade civil ganhou destaque nos últimos dez anos, conforme Singer(2003) afirma, e este empreendimento representa os rumos dessa política pública.

Desta forma, segue a entrevista realizada no dia 08 de junho de 2016.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA: DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.

Dimensão econômica

1- Nome do empreendimento:

Cultivo de Peixe em tanque rede.

Se localiza na comunidade Alto da Boa Vista, Foz do Iguaçu, Ponto de Pesca 2 no lago de Itaipu, e teve seu início em 2008 tendo como responsável Estevam Martins Souza, que organiza o empreendimento em todas as suas etapas da cadeia produtiva do peixe. Desde a pesca, o cultivo dos tanques até a comercialização.

Foto 1: Coleta de dados – Lago de Itaipu



Fonte: LABANCA,2016

2- Característica do empreendimento.

Trabalha na qualidade de Aquicultura Familiar, inicialmente o projeto iniciou com uso da instrumental da Economia Solidaria, com forte apoio da Itaipu . Mas conforme o entrevistado Estevam Martins Souza, não foi discutido entre a comunidade o grau de comprometimento de cada um, e a real necessidade da população local. Então o projeto acabou desviando o direcionamento, fazendo que o caminho dos pescadores fossem se distanciando do projeto inicial da Itaipu.

Se considera uma atividade mercantil? Sim , porque como ele organiza o empreendimento em todas as etapas, o senhor Estevam vende sem os atravessadores, que acabam pagando

um valor mais baixo, inviabilizando a produção para os pequenos produtores de peixes.

Foto 2 – Lago de Itaipu – Ponto de Pesca numero dois



Fonte: LABANCA,2016

3- Quem ou quantos trabalham no empreendimento?

O empreendimento é composto por todos os seis membros da família estão envolvidos no processo produtivo. Sendo que no momento do processo de cultivo e a pesca dos peixes nos tanques é feito por um integrante, o carregamento e manuseio são feito por dois integrantes, o abate e a comercialização é feito por todos os seis integrantes da família.

4- Quais as suas articulações?

Atualmente estão vendendo os peixes na Feira Popular na Vila C. Que acontece todos os domingos pela manhã na Vila C, em Foz do Iguaçu. Com intuito de criar um grupo organizado para discutir melhorias na feira, atrair novos consumidores, diversificar os produtos na feira melhorando os ganhos de cada. Estão tendo êxitos, pois conseguiram se articular e iniciar o debate sobre a criação de um estatuto, que vai ser o regimento da feira.

Tendo como característica gestão do empreendimento individual, ou seja, não estão ligadas em nenhuma rede de empreendimentos.

- 5- O empreendimento está voltado a qual objetivo.

A finalidade do empreendimento tem como estratégia a geração de renda, meio de meio de sustento familiar e meio de promoção do seu próprio desenvolvimento territorial e ambiental.

- 6- Por que surgiu o empreendimento?

O empreendimento surgiu com o projeto da Itaipu, para recuperação da pesca da região e esta iniciativa tinha como fim a subsistência familiar. Com a construção da represa muitas famílias de pescadores enfrentaram condições adversas, esta iniciativas vinham no encontro dessas famílias em dificuldades.

Dimensão social

- 7- Todos se sentem envolvidos/motivados com o empreendimento. As pessoas são da região e qual a natureza do vínculo com o empreendimento? E existe uma relação de confiança entre os membros que trabalha?

Todos se sentem envolvidos, pois existe um grau de busca pelo conhecimento para melhorar as condições do local. As pessoas envolvidas no empreendimento conforme já havia comentado, são membros da família. A relação de confiança e entrosamento é muito grande. Tanto em debates para saber as opiniões e quanto ao bem – estar de cada um, para um permanente fortalecimento entre os membros.

Dimensão ambiental

- 8- Como é feito o manejo/manuseio dos recursos ambientais, através das atividades desenvolvidas? Ou seja, quais as técnicas usadas para melhor utilizar os recursos locais?

A atividade do empreendimento vem atraindo muitos peixes de espécie endêmicos, através desta técnica de tanques. Que com a alimentação das espécies no tanque eles acabam sendo alimentados indiretamente, onde este local acaba servindo de local de refúgio e alimentação garantida. Destaca-se a forma como é feito a retirada dos peixes dos tanques,

são pescados e postos diretamente em caixas com gelo, onde funciona como uma anestesia para o peixe sem causar estresse, e conseqüentemente não é eliminada nenhuma toxina em sua carne. Estas toxinas liberadas na carne dos animais consumidas pela população são extremamente prejudiciais à saúde.

9- Quais as melhorias observadas com o bom manejo recursos para o local?

A experiência revela precioso ensinamento de homem com o meio ambiente, pois os rios é a forma de melhorias de condições de vida do ser humano. Os pescadores são o exemplo de como é importante preservar e respeitar o local, pois sem o bom manejo do rio não tem como alimentar suas famílias.

10- Quais as tecnologias/técnicas empregadas, e se é de outra realidade ou do local? Caso seja de outro local, foi respeitada a especificidade do local?

A tecnologia empregada foi desenvolvida no local em parceria com o Instituto Federal do Paraná. A busca é constante pelo conhecimento, para melhorar a tecnologia empregada na produção do peixe. Mas a preocupação sempre é procurar implantar as inovações/pesquisas com recursos da região. A plataforma de manejo é uma inovação tecnológica que trouxe melhorias para a retirada dos peixes dos tanques rede.

Foto 3: Plataforma de manejo



Fonte: LABANCA,2016

11- Gera resíduo?

Os resíduos gerados no processo produtivo estão sendo analisado e testado para que seja usada como alimento para os peixes do tanque e conseqüentemente diminuindo os custos de cultivo. Os custos com ração para os peixes acaba elevando um pouco os custos, mas se os resíduos fossem aproveitado diminuiria muito os custos iniciais.

12- Tem-se o ser humano como principal valor?

A valorização do ser humano é prioridade, dado que o planeta tem seus recursos finitos. O empreendimento tem uma gestão familiar o que claramente tem o perfil de Economia Solidaria, o que implica nesta valorização da vida, do bem-estar e o fortalecimento dos vínculos sociais.

13- As pessoas envolvidas no processo possuem hábitos de consumo quem ajudam a preservar o meio ambiente?

Os incentivos ao consumo e padrões alimentares saudáveis são uma constante preocupação de toda a família. As compras da família são feitas todas na Feira Popular, onde são vendidos produtos orgânicos ou negociados em forma de escambo.

Considerações finais

Este empreendimento serve de referência para minha hipótese inicial? Que a economia solidária impacta no desenvolvimento local.

Devemos ter muita atenção em relação a esta afirmação. O desenvolvimento local deve ser analisado de forma plural, sem padrões preestabelecidos. Ainda mais que em Foz do Iguaçu, criou-se um novo ambiente, pós-construção da barragem de Itaipu. Não se pode usar este caso como a ser aplicado em qualquer local, pois seria um profundo equívoco. O termo referência somente é válido, para ser replicado em uma condição única e não tornar-se padrão homogêneo para outros locais.

Retomando a experiência, vale ressaltar que a construção da barragem trouxe muitas famílias de outros Estados brasileiros. Após o término muitas famílias se estabeleceram em definitivo, gerando uma necessidade de a Itaipu pensar uma política pública que pudesse se ajustar a esta nova composição da sociedade.

Esta experiência mostra o quanto as políticas públicas organizadas pela Itaipu têm contribuído para diminuir os danos provocados pela construção da barragem. Em certa medida, isto é um sucesso, pois garante que pessoas com senso crítico como o pescador Estevam permaneçam no local, o que é muito precioso. O senhor Estevam se identifica com o lugar, e trabalha para que seu empreendimento e o local prospere isso já um primeiro passo dado.

Este empreendimento confirma esta crítica a empresarização para atingir o desenvolvimento. A pesca em tanque rede, aposta na possibilidade de produção com respeito e preservação ambiental. Este projeto ensina um processo de convívio entre o homem pescador com seu meio ambiente. O senhor Estevam aposta numa solução tecnológica original e de qualidade para sua produção, por isso sempre esta buscando informações e conhecimento. Com intuito de disseminar seu conhecimento e descobertas, para outros pescadores locais.

O projeto é marcado por forte dimensão socioambiental, em se tratando de criar novas técnicas de manejo da produção de peixe e convivência com o rio. Neste tipo de experiência muito se impressiona a autonomia e a transformação da vida do pescador Estevam.

Acredito ser marcante neste caso, a dimensão socioeconômica, social e ambiental. O empreendimento influencia no local alcançando as dimensões citadas anteriormente.

Percebe-se a importância de descentralizar o poder, sem pactos com o poder público e a sociedade civil no qual acaba se tornando uma comunidade fechada. Esta experiência analisada

permite afirmar que devemos pensar a Economia Solidária e o Desenvolvimento Local de maneira ampliada, considerando muito além dos critérios econômicos.

Considerar também as formas sociopolítica, sociocultural e socioambiental, ou seja, pensar de maneira plural. A instrumental da economia solidária pode ser uma forma positiva, aliado com a população local, técnicas modernas e, sobretudo o elemento crítico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Nacional de Economia Solidária. Relatório de Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal -2003/2010. Brasília: SENAES/MTE, 2012.

Entrevista com Paul Singer. Estud. av. vol.22 no.62 São Paulo Jan./Apr. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020 > Acesso em: 09 jul. 2016

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br/> > Acesso em : 08 jul.2016

FRANÇA FILHO, Genauto e SANTANA JUNIOR, Gildásio. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia. Disponível em: < http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2069_pt.html > Acesso em : 20 jan. 2016

FBES- Fórum Brasileiro de Economia Solidária . Cartilha dos 10 anos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Brasília: FBES,2013. Disponível em : < http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8024&Itemid=62 > Acesso em: 10 mar. 2016

FBES- Fórum Brasileiro de Economia Solidária .V Plenária Nacional de Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável . Brasília: FBES,2012. Disponível em: <http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7611&Itemid=62 > Acesso em : 15 fev. 2016

LABANCA, Marcos Paulo. Marcos Labanca Fotografias,2016.

NR, Núcleo de Desenvolvimento Regional UNIOESTE-Toledo: Boletim de Conjuntura Econômica Regional do Oeste do Paraná, 2014. Disponível em: < <http://www.ndrunioeste.com.br/boletim-de-conjuntura/>> Acesso em: 05 jun. 2016

STAVIE , Pedro. Políticas Públicas e Economia Solidária: considerações e divergências sobre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária . V.13, n.1, p. 81-88, jan./jun.2009

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA: DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.

Dimensão econômica

- 14- Nome do empreendimento, localização, e/ou responsáveis.
- 15- Característica do empreendimento. Se considera uma atividade mercantil?
- 16- Quem ou quantos trabalham no empreendimento?
- 17- Quais as suas articulações? Em rede ou individual?
- 18- O empreendimento está voltada a qual objetivo: geração de emprego e renda, meio de subsistência familiar.
- 19- Porque surgiu o empreendimento?

Dimensão social

- 20- Todos se sentem envolvidos/motivados com o empreendimento. As pessoas são da região e qual a natureza do vínculo com o empreendimento? E existe uma relação de confiança entre os membros que trabalha?

Dimensão ambiental

- 21- Como é feito o manejo/manuseio dos recursos ambientais, através das atividades desenvolvidas? Ou seja, quais as técnicas usadas para melhor utilizar os recursos local?
- 22- Quais as melhorias observadas com o bom manejo da terra/recursos para o local? Se utiliza algum tipo de defensivo agrícola?
- 23- Quais as tecnologias/técnicas empregadas, e se é de outra realidade ou do local? Caso seja de outro local, foi respeitado a especificidade do local?

24- Gera resíduo? Como é feito o tratado deste resíduo ?

25- Tem-se o ser humano como principal valor?

26- As pessoas envolvidas no processo possuem hábitos de consumo quem ajudam a preservar o meio ambiente?